

Forthcoming in “Agenda Estratégica para o Futuro”, a publicar pela Fundação Eugénio de Almeida, Évora

ODS8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico

Helena Lopes

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e Dinâmia'Cet-iul

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável ODS8 coloca questões particularmente espinhosas. Com efeito, se existe indiscutivelmente uma relação entre trabalho e crescimento económico, só há trabalho *digno* se forem reunidas condições que, para muitos, travam a eficiência económica. Do mesmo modo, o crescimento económico põe em causa o desenvolvimento *sustentável* ao consumir recursos naturais acima da possibilidade de renovação do planeta. Note-se, ainda, que a formulação do ODS8 - “Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos” – parece priorizar o crescimento em relação ao trabalho digno. Em causa está precisamente o estabelecimento de prioridades.

Estas devem variar em função do nível de desenvolvimento já alcançado em cada país. Se aspirar a um crescimento anual de 7% é legítimo para os países menos desenvolvidos, como proposto pela ONU, num país como Portugal, que consome por ano os recursos equivalentes a 2,9 planetas, deve ser dada primazia a outras metas. Neste caso, têm prioridade o subobjetivo 8.4 - “Melhorar progressivamente a eficiência global dos recursos no consumo e na produção e esforçar-se por dissociar o crescimento económico da degradação ambiental”, diminuindo a pegada material do país, e o subobjetivo 8.5 - “Até 2030, conseguir emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todas as mulheres e homens”. Atingir esses subobjetivos passa, por sua vez, pelo 8.2 – “Alcançar níveis mais elevados de produtividade económica através da diversificação dos produtos, da modernização tecnológica e da inovação”.

Para esclarecer como conciliar crescimento económico, sustentabilidade ecológica e trabalho digno, começo por definir o que é trabalho e trabalho digno. Seguidamente, abordo a questão da produtividade sob o prisma da “transição justa”, ou seja, da necessidade de as transições digital e ecológica não “deixarem ninguém para trás”, como afirmado na Nova Estratégia Industrial da UE (European Commission, 2020). Termino com considerações sobre (de)crescimento económico, que considero dever ser encarado mais como um resultado do que como uma finalidade.

Condição humana, trabalho e trabalho digno

Sempre houve, disse Hannah Arendt na *Condição Humana*, uma rebelião contra a condição terrestre, o desejo de os seres humanos escaparem à sua condição que é a de ter um corpo e viver na Terra, “*the wish to be liberated from labor’s ‘toil and trouble’*” (1958: 4). Libertar-se das tarefas que satisfazem as necessidades do corpo, foi o que fizeram as elites de todos os tempos, entregando os filhos a amas, colocando os pais em residências.

A lição existencial da pandemia de COVID-19 foi mostrar que os trabalhadores que desempenham as tarefas físicas, penosas, são *trabalhadores essenciais*: cuidadores de pessoas idosas, empregadas de limpeza nos hospitais, estafetas, trabalhadores agrícolas e da construção civil. A recusa desse trabalho por parte dos portugueses tem levado à criação de redes de tráfico

humano, trabalhadores imigrantes que vivem em condições desumanas, infringindo o subobjetivo 8.7 - "Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de seres humanos". Muitos destes trabalhadores vão ser afetados pelo aquecimento climático por trabalharem no exterior, pelo que urge garantir por lei que não serão expostos a condições de trabalho perigosas.

A primeira recomendação, no que respeita a trabalho digno, que deixo aos poderes públicos é a *valorização dos trabalhadores essenciais*. O trabalho relativo às necessidades do corpo deve ser prestigiado socialmente, dignificado. Deve-se aumentar o salário destes trabalhadores, em termos absolutos e relativos; os serviços que prestam têm de ser mais caros. Devemos todos ser obrigados a enfrentar a nossa condição, não poder levianamente libertar-nos dela transferindo o seu peso para outros, menosprezados. Pensar que é possível escapar às necessidades do corpo está associado à ilusão de nos podermos abstrair da dependência da Terra, menosprezando os seus limites.

Como segunda recomendação, insistiria nalgumas das orientações enunciadas pela Organização Internacional do Trabalho (2015), que visam associar crescimento económico e trabalho decente numa "transição justa", nomeadamente a necessidade de:

- 1) estabelecer um *consenso entre parceiros sociais* quanto aos objetivos e meios para um desenvolvimento sustentável;
- 2) antecipar os impactos no emprego da transição ecológica e providenciar proteção social a quem perde o emprego;
- 3) antecipar e realizar programas de formação e desenvolvimento de competências articulados com os processos de reestruturação ao nível das empresas, dos sectores e dos países.

Finalmente, a terceira recomendação é a de tomar medidas, em sede legislativa (direito do trabalho e/ou das sociedades) ou de diálogo social, que criem condições para uma maior participação dos trabalhadores nas decisões relativas à implementação das transições ecológica e digital nas empresas

Produtividade e transição digital

No ODS8 é mencionada a modernização tecnológica, com destaque para a digitalização, ou seja a adoção e o uso crescente das tecnologias de informação e comunicação, como via para o crescimento económico. O principal objetivo da evolução tecnológica sempre foi o de minorar o "*labor's toil and trouble*". No entanto, a digitalização, como muitas outras tecnologias, tem promovido a criação de empregos sem dignidade.

No caso de Portugal, as *razões da baixa produtividade* são várias e complexas, estando relacionadas com a especialização produtiva em sectores pouco capitalísticos como o turismo, com a ausência de integração das empresas exportadoras em ecossistemas que invistam coletivamente em I&D, e com uma competitividade basicamente assente em baixos custos de produção. Estas características explicam a pouca atratividade de mão-de-obra altamente qualificada (e, portanto, a saída do país dos jovens diplomados) e os baixos níveis salariais. A debilidade da estrutura produtiva leva o Estado a tributar sobretudo o trabalho e o consumo, para poder fornecer serviços públicos de qualidade, criando um círculo vicioso quanto às condições para um trabalho/emprego digno.

Mas quero chamar a atenção para o facto de a digitalização das atividades económicas não ter sido, nem associada ao aumento dos ganhos de produtividade, que têm diminuído em todos os

países da OCDE¹, nem à criação massiva de empregos/trabalho digno. Os estudos mostram que as tecnologias digitais têm resultado menos em ganhos de produtividade do que no aumento do controlo dos trabalhadores (*algorithmic management*, coleta de dados sobre trabalhadores e vigilância digital), na redução da autonomia e na intensificação do trabalho. Com efeito, muitos dos empregos criados são de baixa produtividade, caso do trabalho através de plataformas digitais (estafetas, comércio eletrónico), e as tarefas de correção do disfuncionamento dos sistemas de informação aumentaram significativamente.

Por outro lado, a *digitalização tem provocado uma polarização do emprego, do trabalho e dos salários* (Autor, 2022), porque aumenta a produtividade dos trabalhadores mais qualificados mas não afeta a produtividade dos trabalhadores “essenciais”, cujas tarefas não são digitalizáveis. Assim, como o trabalho “essencial” (cuidado dos idosos, trabalho agrícola) é pouco “produtivo” (reduzido “valor acrescentado”, dizem os economistas), o salário desses trabalhadores tem diminuído em termos reais e relativos. Em Portugal, a proporção dos empregos pouco “produtivos” na estrutura do emprego tem aumentado e a produtividade geral tem estagnado (INE, 2022). Um número crescente de trabalhadores sente o seu trabalho desvalorizado, não reconhecido, o que indica uma diminuição do trabalho digno, e as desigualdades sociais têm aumentado. Ora, sabe-se que não pode haver desenvolvimento sustentável sem uma redução drástica das desigualdades socioeconómicas e sem uma repartição mais equitativa da riqueza (ver ODS10).

Para além destes efeitos negativos no mundo do trabalho, as tecnologias digitais promovem o aumento da produção e do consumo (por exemplo, através do comércio eletrónico). Longe de estar associada à desmaterialização das atividades económicas, a digitalização tem contribuído para aumentar a emissão de gases com efeito de estufa e o consumo de minerais raros.² *Se continuar desregulada, a digitalização terá tantos efeitos disruptivos no ambiente e na coesão social quanto as anteriores revoluções industriais.* Os efeitos negativos podem exceder os efeitos positivos, de que tendem a beneficiar só alguns grupos sociais (Verdolini, 2023). Os poderes públicos devem, por isso, pensar e promover as transições digital e ecológica concomitantemente, o que requer processos de regulação, planeamento e monitorização complexos. É necessário estudar, em termos técnicos, as relações entre transição digital e transição ecológica e, em termos políticos, levar os cidadãos a aceitar as políticas ecológicas, necessariamente mais impopulares do que as políticas de digitalização, que são fáceis de financiar e serem aceites pelos atores económicos e sociais.

Crescimento económico e desenvolvimento sustentável

A questão central é a de saber se é possível conciliar sustentabilidade ecológica, isto é, redução do uso de combustíveis fósseis, menor consumo de recursos marinhos e minerais, restauração da qualidade dos solos e menor utilização de produtos químicos na agricultura, com crescimento económico. Trata-se de dissociar uso de recursos naturais e crescimento. Muitos estudos mostram que um crescimento global de 3% é incompatível com a manutenção de condições de vida saudáveis para todos na Terra, porque a taxa de dissociação necessária é inexequível nos prazos exigidos. Sendo consensual que os países pobres devem continuar a

¹ <https://www.oecd.org/economy/growth/digitalisation-productivity-and-inclusiveness/>

² <https://theshiftproject.org/en/article/environmental-impacts-of-digital-technology-5-year-trends-and-5g-governance/>

crescer, isso implicaria que os países avançados, como Portugal, renunciassem ao crescimento. Portugal comprometeu-se, no Acordo de Paris, a reduzir as suas emissões de CO₂ em 50% até 2030 e a ser neutro em carbono até 2050.

Apesar das dúvidas dos cientistas climáticos, o programa da União Europeia *EU Green New Deal* aposta numa “transição justa”, em que o crescimento económico será dissociado da utilização de recursos, transformando a UE numa sociedade justa e próspera, eficiente em termos de recursos e competitiva (European Commission, 2019). A estratégia europeia é, assim, a do *crescimento verde*, em que as emissões de CO₂ e o consumo de recursos serão reduzidos através da recomposição do consumo e da reestruturação da produção. Dado que estes dois últimos objetivos são tratados no ODS12, assinalamos apenas que os instrumentos económicos clássicos, baseados nos preços e em incentivos monetários, são insuficientes, porque inoportáveis pelos grupos sociais com menores rendimentos, e inefficientes, porque não conseguem regular o consumo dos grupos sociais mais ricos. Um acréscimo sem precedentes da regulação em todos os domínios das políticas públicas vai ser inelutavelmente requerido.

O debate acerca do *decrescimento* é, em última instância, um debate acerca do significado do Produto Interior Bruto (PIB), indicador que mede não a riqueza, mas as transações económicas monetárias realizadas num dado país. Atividades inegavelmente valiosas, como ajudar os filhos a estudar, passear na floresta ou visitar os avós, não são contabilizadas quando o são, por exemplo, as compensações pelos efeitos dos fogos ou das cheias. Isto é, muitas necessidades humanas podem ser satisfeitas sem crescimento económico. O problema é que algumas necessidades básicas, como a proteção social e a provisão de serviços públicos, estão associadas ao crescimento do PIB, porque dependem das receitas fiscais e das contribuições sociais. Não há dúvida de que deveremos comer menos carne e comprar menos roupa (*sobriedade no consumo*), mas a questão central da transição justa relaciona-se com a forma como se produz e reparte a riqueza e como se valorizam as atividades humanas. O que nos remete para a divisão do trabalho e para a questão do valor económico e social dos vários tipos de trabalho. Remete-nos também para o tema, referido acima, da regulação das tecnologias digitais e, de modo geral, da orientação do investimento público e privado em inovação.

A questão dos *indicadores de desenvolvimento e da determinação dos salários* deveria ser considerada prioritária. Com efeito, não teria o PIB de ser revisto ou, no mínimo, ser complementado por indicadores de sustentabilidade? Os salários não deveriam depender também do valor e do contributo social do trabalho, em vez de serem determinados pela produtividade tal como ela é entendida pelos economistas? A moral do mérito, atualmente baseada no nível de educação, não deveria ser completada com uma ética contributiva no que diz respeito ao estabelecimento dos salários? Isso implicaria, claro, fixar o preço desses serviços de modo a cobrir os custos para as empresas, o que levaria a uma recomposição do consumo e a uma distribuição mais igualitária da riqueza. Finalmente, sendo a sobriedade imprescindível em termos dos recursos naturais usados na produção e no consumo, como a incentivar e valorizar? Como acabar com o produtivismo?

Conclusão – Ter a coragem dos valores

As sociedades ocidentais têm modos de vida insustentáveis; a produção tem de voltar a ser compatível com os recursos do planeta. A esfera política tem hoje como função moderar os desejos humanos, para conter a economia dentro dos limites planetários. A ascensão dos populismos, todos climato-céticos, mostra que as sociedades tendem a recusar o conhecimento científico e o facto de as atividades humanas estarem a destruir os ecossistemas. É, então, vital educar e moderar a vontade do “cada vez mais”. O que implica deixar de alimentar a

expectativa de ter um poder de compra que aumente infinitamente e promover valores outros que a riqueza monetária. Importa tornar mais tangíveis as vantagens de um mundo mais sustentável. Melhor do que criticar o capitalismo, diz Gael Giraud, é combatê-lo no terreno do desejo, apontando caminhos desejáveis, estimulantes. Esses caminhos passam pela intensificação dos laços sociais e não pelo seu dismantelamento, como potenciado pela digitalização, e pelo restabelecimento da nossa relação com a natureza.

O facto de o Trabalho Digno não ter sido definido como ODS isoladamente e ter sido associado ao crescimento económico é revelador do carácter instrumental comumente associado ao trabalho, em contradição com o qualificativo de “digno”. Note-se, igualmente, que os atores políticos e sociais se concentram no emprego e não no trabalho³, e têm deixado crescer, sem se indignar, os empregos servis criados pela digitalização. A redução do trabalho à instrumentalidade deve-se em parte a filósofos como Habermas e Arendt, que, querendo denunciar a hegemonia do económico nas sociedades contemporâneas, contribuíram para condenar o conceito de trabalho a um estatuto subalterno (Lopes, 2023, 2016). Mas, face aos desafios que hoje enfrentamos, é urgente, imperativo, redignificar o trabalho, como conceito e realidade. Porque, através do trabalho e do planeta, é a humanidade que está em causa.

Referências

- Arendt, H. (1958). *The Human Condition*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Autor, D. (2022). The labor market impact of technological change, *NBER Discussion Paper 2022-08*, MIT – National Bureau of Economic Research.
- European Commission (2020). *A New Industrial Strategy for Europe*, COM(2020) 102 final, 10.3.2020.
- European Commission (2019). *The European Green Deal*, COM(2019) 640, 11.12.2019.
- ILO (2015). *Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all*, Geneva: International Labour Organization.
- INE (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Indicadores para Portugal 2015/2021*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Lopes, H. (2023). The centrality of work – a foundation for political economy, *Review of Political Economy*, 35(2): 494-509.
- Lopes, H. (2016). The political and public dimension of work - towards the democratization of work, *Journal of Australian Political Economy*, 76: 5-28.
- Supiot, A. (2022). *La justice au travail*, Paris: Éditions du Seuil.
- Verdolini, E. (2023). Interlinkages between the just ecological transition and the digital transformation, *Working-Paper 2013.01*, Brussels, 2023 Publisher: ETUI.

³ Supiot (2022) relembra que a Organização Internacional do Trabalho foi fundada em 1919 com a missão de promover um “trabalho verdadeiramente humano”, em reação à desumanização do trabalho que tinha acompanhado a industrialização. Mas, na tradução inglesa, a missão passou a ser instaurar “*human conditions of labour*”, ou seja, garantir boas *condições de emprego* - salários e horários satisfatórios, contrato estável e proteção social. Isso serviria para compensar um eventual trabalho “desumanizado”.